

Belluzzo passa em concurso com 9,92

Campinas — Com a média 9,92, o secretário especial de Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda, Luiz Gonzaga Belluzzo, foi aprovado no concurso para professor titular do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), na noite de sexta-feira. O responsável pela redução do brilho da festa que marcou o exame de Belluzzo foi o professor Rodolfo Hoffmann, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Hoffmann questionou alguns pontos da tese de doutoramento defendida há 11 anos por Belluzzo, na própria Unicamp, e conferiu-lhe nota nove na prova de títulos. Além de Hoffman, compuseram a banca examinadora os economistas Maria da Conceição Tavares (presidente), Paul Singer — do Cebrap —, Carlos Lessa, da Unicamp e do BNDES — e João Sayad, ministro do Planejamento, todos atribuíram a nota máxima a Belluzzo, que abordou o tema “Política Monetária”.

Crítico ferrenho da política monetarista, o secretário do Ministério da Fazenda considerou que essa prática tornou-se impotente, a partir da década de 70 no País, em função do intenso processo de inovações financeiras. O economista lembrou que, com a alta das taxas de inflação, ocorreu uma “economia intensa dos meios de pagamento”. A moeda convencional, ressaltou Belluzzo, “foi substituída por títulos de créditos indexados, enquanto a circulação mercantil continuou com sua forma tradicional”. Para ele, “os monetaristas vêem equivocadamente a circulação de capital”, não con-

siderando a “serpação entre os meios financeiros e industriais”. Nesse contexto, na opinião do economista, “a política monetária fica cada vez mais fiscal, perdendo a eficácia”.

A “heterogeneidade dos meios de pagamento”, de acordo com Belluzzo, “cria barreiras intransponíveis para a ação do Estado HH. A forma “menos intervencionista” caracteriza-se, então, como “a mais perversa, porque não leva em consideração as diferenças entre credores e devedores”. Como exemplo, ele citou as taxas de juros, que, aumentadas, “podem beneficiar os investidores”. O setor público, entretanto, “é prejudicado, por causa dos mecanismos adotados em passado recente, que provocaram grande endividamento”.

Belluzzo destacou que, nesse contexto, o Estado sofre “pressão muito grande”, especialmente devido “à concentração de riqueza mobiliária nas mãos do setor privado”. Ele defendeu uma “reforma completa do Estado”, observando que, no quadro atual, “qualquer crise econômica gera crise política” e “as classes menos favorecidas não são beneficiadas”. Dentro dessas reformas insere-se o controle de preços já em prática, do qual, para o economista, “nenhum Estado pode prescindir”.

Encerrada a explanação — que durou 50 minutos —, Belluzzo respondeu algumas questões apresentadas pela banca examinadora. O economista Paul Singer, por exemplo, quis saber o que o secretário do Ministério da Fazenda pensa sobre a inflação, seis meses após a criação do Plano Cruzado. Belluzzo afirmou que

continua discordando da idéia defendida pelos economistas da PUC do Rio de Janeiro — que, juntamente com o grupo da Unicamp, elaboraram o plano —, de que “a inflação tem um componente puramente inercial”. A prova de que isso não ocorre, de acordo com Belluzzo, são os descontos financeiros das dividas nas quais tinham sido incluídas previsões inflacionárias. “Houve uma diferenciação entre setores do mercado — disse Belluzzo. Uns deram descontos maiores que outros”.

Paul Singer perguntou, ainda, sobre os índices de inflação, embora pequenos, registrados após o Plano Cruzado. Belluzzo comentou que, “após o choque heterodoxo, era necessário que o Governo fizesse uma administração de preços que eliminasse o resíduo inflacionário”. O economista negou-se, todavia, a estender o comentário, alegando que “trata-se de assunto de Governo”.

O concurso só terminou às 20h, quando Conceição Tavares anunciou o resultado. Apesar de Belluzzo não ter obtido a nota máxima, não faltaram os aplausos de amigos e “tietes”, que não arredaram pé do auditório do novo prédio do Instituto de Economia, fazendo companhia a três ou quatro infatigáveis jornalistas.

FESTA

Apelidado de “Manelão” pelo professor Carlos Lessa, em alusão, certamente, a João Manuel Cardoso de Melo — diretor do Instituto de Economia e principal assessor do ministro Dilson Funaro —, o edifício destinado a formar futuros economistas da Unicamp viveu um clima de festa na

sexta-feira. Sem uso, por enquanto, o prédio só teve maior movimentação ao ser inaugurado, no dia 15 de julho pelo presidente José Sarney.

O concurso estava marcado para as 17h, mas foi antecipado para as 16h. Os comentários davam conta de que essa alteração tinha sido provocada pelo comício do PMDB, marcado para o mesmo dia, na Praça da Sé, em São Paulo. Diziam que o ministro João Sayad iria ao comício, mas a informação era falsa, porque ele só apareceu no “Manelão” quase às 17h30.

A tarde, o ministro do Planejamento, João Sayad, declarou, em entrevista coletiva, que na próxima semana o Governo deverá anunciar o orçamento da União para 1987. Ele não quis adiantar detalhes sobre a peça orçamentária e, mais uma vez, solicitou a “colaboração dos trabalhadores, empresários e donas-de-casa” na fiscalização do controle de preços.

Belluzzo também falou seriamente, informando que o Governo está estudando novas formas de frear a demanda consumista. O economista descartou a hipótese de novas medidas compulsórias, explicando que a tendência mais provável é a adoção de estratégias para “estimular a poupança voluntária”. Sobre as taxas de juros, Belluzzo disse que o Governo procura “mantê-las elevadas o suficiente para impedir estoques e não incentivar o black”. E intenção governamental, de acordo com Belluzzo, “reduzi-las gradativamente”, após a estabilização do consumo e queda da oferta de empregos.